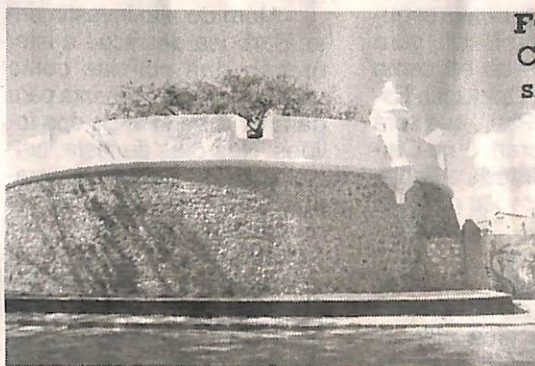


BARBALHO

Forte poderá ser centro de memória da ditadura

Em reunião na qual foram discutidas as demandas da Comissão Estadual da Verdade (nesta sexta-feira 6), o chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Bruno Dauster, sugeriu que o Forte do Barbalho, em Salvador, seja transformado no principal centro de memória da ditadura na cidade, por ter sido o maior local de tortura de presos políticos.

Dauster, que também foi preso político e sofreu torturas, discutiu e prometeu apoio à CEV em ações de execução imediata, a exemplo da melhoria nas instalações dos locais de pesquisas, contratação de pessoal técnico e ampliação do setor de comunicações, com novas formas de divulgação do trabalho que vem sendo feito pela entidade.



FORTALEZA
Com carga simbólica

LOCAL SIMBÓLICO

Na opinião de Dauster, o Forte do Barbalho é o espaço mais representativo da memória da ditadura por ter sido grande centro de tortura. Outro local que está sendo transformado em espaço de memória é a Galeria F, ala dos presos políticos na Lemos Brito, em convênio

da CEV e a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização. Mais dois centros são a casa de Carlos Marighella, na Baixa dos Sapateiros, e o Memorial aos Mártires, em homenagem a Carlos Lamarca e José Campos Barreto, assassinados em 1971 no povoado de Pintadas, no município de Ipujiara (BA). No Forte do Barbalho já existem uma placa representativa na entrada e foi preservada uma

cela na qual presos eram torturados.

A CEV apurou as violações dos direitos humanos cometidas na Bahia de 1964 a 1985 e identificou 538 pessoas vítimas da repressão política no Estado. Dos 426 brasileiros mortos ou desaparecidos, 34 são baianos e, dentre esses, 10 tombaram na Guerrilha do Araguaia. Foram ouvidas 69 pessoas em Salvador e Feira de Santana, entre vítimas e parentes de vítimas da ditadura. A Comissão Estadual da Verdade é formada pelo jornalista Carlos Navarro, que atualmente a coordena, professoras Amábilia Almeida e Dulce Aquino, professor Joviniano Neto, jornalista Walter Pinheiro e os advogados Jackson Azevedo e Vera Leonelli.